



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0001360-43.2008.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos**  
Exequente: **Promoção de Ensino de Qualidade Sa**  
Executado: **Caio Vinicius de Santi e outros**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de execução de título extrajudicial intentada visando o recebimento de valores inadimplidos.

Adveio bloqueio de valores da conta do executado (fls. 260/263) e posterior informação da realização de acordo entre as partes com a quitação integral do débito principal (fls. 273/277).

Os patronos da exequente, por sua vez, informaram que o acordo foi realizado diretamente com a exequente, sem a sua presença, sendo ainda devidos os valores pelos honorários sucumbenciais (fls. 281/282).

O executado se manifestou às fls. 287/289 alegando que é beneficiário da justiça gratuita e ainda que a decisão proferida nos embargos à execução determinou que cada parte arcaria com os honorários de seus patronos, não sendo devido qualquer valor a esse título. Requereu a liberação do valor bloqueado em seu favor.

**É o Relatório.**

**Decido.**

Pois bem, de inicio verifico que embora alegue que é beneficiário da justiça gratuita, tal benesse nunca foi concedida ao executado.

A decisão proferida nos embargos à execução em relação às custas e despesas processuais em nada vincula esta execução.

Os honorários advocatícios sucumbenciais são devidos pela atuação do profissional, nos termos do art. 85, do CPC, sendo que a realização de acordo diretamente com a parte exequente, sem a presença do profissional ou a expressa renúncia ao crédito, não retiram do devedor a obrigação pelo seu pagamento.

Os honorários são devidos e devem ser calculados com base na última planilha



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

atualizada apresentada nos autos, ainda que o acordo firmado tenha versado sobre valor diverso. Com efeito, entretanto, verifico que a planilha apresentada à fl. 256 não considerou os valores levantados pela exequente conforme comprovantes de fls. 233/237, o que não se pode admitir.

Assim, considerando que foi levantada a quantia de R\$2.634,91 e subtraindo-se tal valor da planilha de fl. 256, temos o montante final de R\$23.470,87. Sobre esse valor recairão os 10% pelos honorários devidos.

Por fim, diante da informação da parte exequente de que o débito principal foi quitado integralmente (fls. 281/282) e, considerando que há depositado nos autos valor suficiente para o pagamento dos honorários advocatícios, **JULGO EXTINTA**, com fundamento no artigo 924, inciso II, do CPC.

**Com o trânsito em julgado desta decisão expeça-se mandado de levantamento em favor da parte exequente no montante de R\$2.347,08, com os devidos acréscimos legais.**

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do executado, ficando condicionado o levantamento, ao recolhimento das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Cumpridas as determinações, ao arquivo com as baixas necessárias, juntamente com seus apensos.

P.I.

São Carlos, 14 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**